

GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)**3ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Brasília, 18 de setembro de 1997.

ATA**MEMBROS REPRESENTANTES E/OU SUPLENTE PRESENTES**

- **Dra. Marília Marreco Cerqueira** - Representante do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA);
- **Dra. Oneida Divina da Silva Freire** - Suplente do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA);
- **CMG Antônio Galvão de Almeida Simões** - Representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM);
- **CT Denise Moraes Leite** - Suplente da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM);
- **Comandante Paulo Teixeira de Castro** - Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- **Dr. Isaias Osias Bezerra** - Suplente do IBAMA;
- **Dr. Neil Benevides** - Suplente do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- **Dr. Djalma da Rocha Santos** - Representante do Ministério dos Transportes (MT);
- **Dr. Martinus Filet** - Representante da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA);
- **Dra. Ana Maria Teixeira Marcelino** - Suplente da ABEMA;
- **Dr. Paulo Rogério Gonçalves** - Representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR;
- **Capitão de Fragata Wagner de Sousa Moreira** - Representante do Ministério da Marinha;
- **Dra. Marília Giovanetti Albuquerque** - Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- **Dr. Geraldo Luís P. Koeler** - Representante da PETROBRAS;
- **Dr. Leonardo F. Souza** - Suplente da PETROBRAS;

OUTROS PRESENTES

- **Dr. Leonel Graça Generoso Pereira** - GERCO/MMA;
- **Dr. Antônio Carlos Robert de Moraes** - Consultor GERCO/MMA;
- **Dr. Geraldo Gobitsch Neto** - Assessor Parlamentar do Governo do Estado do Pará;
- **Dr. Antônio Augusto Rossoto Ioris** - Técnico da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA;
- **Dr. Luís Fernando C. de Castro** - Assessor da Secretaria Executiva do GEMPO - SEGEMPO;

1 – ABERTURA

O Almirante Brandão, Secretário da SECIRM, deu início à reunião, às 10:00 hs, com as boas vindas aos participantes, concedendo, em seguida, a palavra à Sra. Oneida Freire, Coordenadora Nacional do Gerenciamento Costeiro, do MMA, que lembrou aos participantes a sistemática adotada para a condução dos trabalhos, reafirmando a importância das apresentações setoriais como subsídio básico para a elaboração do Plano Estratégico de Ação Federal da Zona Costeira. Nesse sentido, colocou a necessidade do desdobramento em estratégias concretas de articulação intersetorial, podendo ser estabelecidas agendas de curto prazo do MMA com cada setor apresentado, no sentido de promover ações integradas para essa região.

2 - PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1- Adoção da Agenda

A Agenda Provisória para a 3ª Sessão Ordinária do GI-GERCO, preparada pelo MMA e remetida antecipadamente à SECIRM, para repasse aos membros do Grupo, foi submetida aos presentes. A Sra. Oneida Freire, a pedido do Almirante Brandão, solicitou a inversão da pauta, de forma que as apresentações programadas antecedessem aos assuntos para deliberação, em função de compromissos do Contra-Almirante Ribamar, Secretário do Grupo Executivo de Modernização Portuária – GEMPO, expositor do assunto.

A Dra. Marília Albuquerque também solicitou que, após a apresentação do GEMPO, fosse lhe cedido um intervalo para um informe sobre o Workshop COI-FER, a se realizar em novembro, no Rio Grande do Sul. As solicitações apresentadas foram aprovadas.

3 - APRESENTAÇÕES

3.1 – Programa de Modernização Portuária – GEMPO/Casa Civil

O Contra-Almirante José Ribamar Dias, Secretário Executivo do Grupo Executivo de Modernização dos Portos - GEMPO, iniciou relatando que os primeiros entendimentos entre o GEMPO e o MMA datam de 1996, o que resultou na inclusão do Ministério dos Transportes como membro do GI-GERCO, no ato de sua criação. Dessa forma, considerou a apresentação como uma retomada do assunto, a partir de uma tomada de posição mais concreta, em função das profundas transformações pelas quais está passando o setor portuário no Brasil e os impactos destas transformações sobre o meio ambiente.

O Secretário Executivo do GEMPO relatou os antecedentes do assunto. Dois anos após a Lei de Modernização Portuária – Lei 8.630/93, o ambiente dos portos brasileiros se encontrava no seguinte estado: permaneciam ineficientes, caros, obsoletos, e sobretudo, incertos para aquelas pessoas/instituições que entregavam sua carga para transitar por aquele porto ou para aqueles empresários que investiam seu patrimônio na atividade portuária. Além disso, o ambiente de convívio entre os atores que transitavam na área portuária, principalmente trabalhadores avulsos e empresários, era caótico, com ameaças de ações violentas, dado o impasse existente. A estratégia do governo federal para a gestão desse assunto foi a criação do Grupo Executivo para

Modernização dos Portos – GEMPO, com representação dos Ministérios da Marinha, dos Transportes, do Trabalho, da Fazenda e da Indústria e Comércio. No Decreto de criação, ressaltam-se dois pontos importantes:

- coordenação das providências necessárias à modernização do sistema portuário, em especial a efetivação plena das disposições estabelecidas pela referida Lei, de forma a levar a modernização a todos os aspectos da vida portuária brasileira; e
- elaboração, implementação e monitoramento do Programa Integrado de Modernização Portuária (PIMOP).

Relatou, em seguida, os avanços obtidos nos últimos dois anos, como a criação dos mecanismos legais (conselho de autoridade portuária, agência de contratação de mão-de-obra e etc), previstos na Lei citada anteriormente, permitindo a utilização plena desse instrumento, sendo que as partes envolvidas já a utilizam para as suas reivindicações, demonstrando que a Lei já está implantada. Foi consolidado um Plano de Ação, cuja estratégia de implantação, atual objeto de trabalho do GEMPO, busca criar um ambiente de confiança e envolvimento dos diversos grupos envolvidos na construção de uma nova ordem desejada, que depende, fundamentalmente, de investimento. Este Plano contempla as demandas de cada setor federal, e é alicerçado no Programa Plurianual de Governo – PPA. Passou a detalhar tal Plano, conforme consta em documento anexo à Ata.

Colocou, como ponto de entrada da questão ambiental na modernização portuária, o objetivo II do Plano – *a modernização da infra-estrutura portuária brasileira*, cujo alcance implica em alterações radicais nas instalações portuárias atuais, centrada principalmente em obras de grande porte, com significativo impacto sobre o meio ambiente, com destaque para as operações de dragagem (problema em todo o mundo), no intuito de aumentar o calado para ampliar a capacidade do porto e torná-lo competitivo, nacional e internacionalmente. Assim, foi colocado no objetivo II do plano, uma ação e projeto, de nº 3, intitulada *“Adequação do Subsetor aos novos parâmetros ambientais vigentes no País”*, visando o *“estabelecimento de mecanismos que possibilitem o acompanhamento e o cumprimento das normas de preservação ambiental em todos os portos, permitindo inclusive a avaliação de seus efeitos no subsetor”*. Neste sentido é que os entendimentos levaram à inclusão do Ministério dos Transportes no GI-GERCO, de forma que este seja o fórum adequado para tratar deste assunto, como uma questão de competência brasileira, de estabelecer o processo de modernização portuária brasileira, sem que isso se constitua um fator de degradação do rico patrimônio natural da zona costeira brasileira.

No decorrer dos debates, foram apresentados diversos questionamentos, os quais são relacionados a seguir.

O Sr. Leonel Pereira, técnico do GERCO/MMA, chamou a atenção para o aspecto inevitável das obras de modernização portuária, e a ligação direta com o mercado internacional, cada vez mais administrado por sistemas de controle de qualidade (normas da ISO), que exigem, entre outros pontos, a excelência ambiental em todas as etapas do processo. Nessa direção, destacou a experiência proposta no Porto de Santos, de criação de uma agência ambiental portuária, que possibilite não só administrar prejuízos, mas estabelecer uma gestão proativa com possibilidade de um tratamento sistemático adequado da questão ambiental. Nessa gestão destacam-se em três pontos:

- planos de contingência para preparação e resposta em caso de acidentes;

- monitoramento e controle ambiental do dia-a-dia da atividade portuária, o que implica, inclusive, no terceiro ponto;
- atividade de expansão.

O Contra-Almirante Ribamar considerou a questão levantada como uma das soluções para a questão ambiental portuária, citando o exemplo do porto de Suape, no qual a correção da problemática ambiental é colocada pelo BID como condicionante para novos empréstimos. Reforçou novamente a importância do Grupo numa espécie de "pedido de socorro", dada a pouca experiência na gestão pública ambiental do GEMPO e o tamanho da demanda.

O Sr. Martinus Filet, da ABEMA, colocou algumas perguntas, sobre as dificuldades do modelo institucional adotado, sobre a gerência dos conflitos decorrentes da inserção e ampliação da atividade portuária nas cidades (retroporto); sobre a existência de relatório mais detalhado, feito pelo GEMPO, sobre o saneamento da área portuária (gestão de lixo, resíduos perigosos, etc.); sobre a importância do transporte de cabotagem para a reestruturação do transporte na Zona Costeira, inclusive sob o aspecto da redução da pressão sobre as rodovias, etc.

O Contra-Almirante Ribamar ressaltou que a Lei de Modernização Portuária foi fruto de um vigoroso embate democrático, entre classes e categorias sociais, apresentando, aparentemente, contradições e omissões, que são minimizadas a partir do aumento da qualidade do processo de negociação, cuja promoção é uma das verdadeiras vocações do GEMPO. Colocou como pontos-chave:

- (1) o abandono do modelo centralizador estatizante, delegando para o nível da comunidade local a maior parte do poder que o Estado detinha de decidir sobre os destinos do porto. Esta é uma questão difícil, que envolve um processo de aprendizado das diversas categorias, concretizado no Conselho de Autoridade Portuária, onde tem assento quatro blocos – governo federal, estadual, município e usuários do porto (empresários, trabalhadores e movimentadores de carga). A delegação não é total, pois a União ainda é dona dos portos, detendo a presidência do Conselho e o voto de qualidade;
- (2) a criação do Órgão Gestor de Mão de Obra, com dois tipos de descentralização, sendo uma a que passa para este órgão a responsabilidade de identificação e concessão do direito de acesso ao trabalho, e a outra, que tira dos sindicatos o papel de empresa comercial que até então detinha, de administrar o fornecimento desta mão-de-obra, função que também passa ao órgão gestor;
- (3) a convivência harmônica entre os agentes da autoridade; e
- (4) o incentivo à visão privatizante, que afaste o poder público da operação portuária, aumentando o poder fiscalizador da autoridade portuária.

Colocou que a questão do conflito entre porto-cidade será resolvida pela comunidade portuária, como assunto local, a partir do embate das forças sociais. Ressaltou ainda que o GEMPO não tem ainda nenhum relatório ambiental sobre a questão portuária, pois não tem competência para tal, com função apenas coordenadora. Coloca para o GI-GERCO a proposta de apadrinhar a consecução deste relatório e detalhar a ação/projeto proposta. Ressaltou ainda que, a partir do momento que os diversos setores ligados à questão portuária estiverem exercendo plenamente sua função, o GEMPO, de caráter provisório, não terá mais razão de existir. Sobre a cabotagem, considerou este assunto como uma questão essencial para o êxito da

missão do GEMPO, o que implica na mudança do padrão rodoviário do transporte brasileiro. A solução depende de portos mais baratos, menos incertos e mais seguros. O processo está em andamento, com inauguração frequente de linhas de cabotagem, de início com os automóveis, e em seguida, com "containers". Tal iniciativa não tem ainda um plano de estratégia consolidado, seguindo a lógica da iniciativa privada.

O êxito do trabalho do GEMPO pode ser medido, atualmente, pela ausência da questão portuária dos noticiários, mas a defasagem no tratamento dessa questão pode ser assim caracterizada: - *"A ação encontra-se no século XIX e os portos, no século XV"*.

O Professor Antônio Carlos de Moraes ressaltou que a questão ambiental é inexpressiva na Lei de Modernização Portuária e perguntou sobre as expectativas do trabalho do GEMPO, inclusive pela atuação do GI-GERCO, lembrando: as normas da ISO; o monitoramento ambiental como questão básica, ausente em diversos portos brasileiros; a problemática dos resíduos sólidos, que de forma geral, aparece em todos os portos. A área mais coberta é a prevenção de acidentes.

O Contra-Almirante Ribamar reafirmou que a expectativa do GEMPO em relação às instituições integrantes do GI-GERCO é total, considerando que a tarefa estava sendo entregue em boas mãos. O espírito da Lei não é regulamentador, exigindo, no geral, que os diversos setores assumam suas competências na questão.

A Dra. Marília Marreco citou a Lei do Óleo (PLC 37/96), em tramitação no Congresso Nacional, comentando que tal Lei não trata do óleo em si, de modo setorial, mas contempla uma visão interinstitucional dos diversos aspectos envolvidos, como contaminação marinha e as demandas portuárias relativas à questão ambiental. Afirmou, também, a relevância do apoio do GEMPO, para atualização dessa Lei, adequando-a nos pontos em que estivesse superada, de forma que possa ser rapidamente aprovada. Destacou a oportunidade dessas apresentações e da existência do GI-GERCO para se estabelecer um diálogo entre o MMA e os diversos setores, como naquele momento ocorria com o setor portuário. Solicitou ao Contra-Almirante que designasse um interlocutor para iniciar, com o MMA, o detalhamento de um programa de ação com prioridades, de modo a traduzir uma proposta concreta de abordagem da questão ambiental portuária.

A Sra. Oneida ressaltou a necessidade de que se aproveite a abertura demonstrada pelo GEMPO em ações operacionais, para tratar de forma concreta a questão portuária, que já fora objeto de análise no âmbito do trabalho do Macrodiagnóstico da Zona Costeira na Escala da União, sendo caracterizada como uma das questões mais críticas e de maior risco ambiental. A Dra. Marília acrescentou, colocando a necessidade de se antecipar aos fatos referentes à modernização portuária, como a apresentação de medidas de caráter preventivo.

O Comandante Castro, do IBAMA, colocou as iniciativas em desenvolvimento no IBAMA, envolvendo ações combinadas e conjuntas no âmbito dos estados, as quais vêm resultando no estabelecimento de termos de compromisso de ajustes de conduta, demonstrando a necessidade da maior inserção do Ministério dos Transportes na discussão e abordagem do assunto.

O Contra-Almirante Ribamar considerou pertinente a iniciativa das propostas, indicando que a participação do Ministério dos Transportes nessas discussões, como a do presente fórum, evita fatores de impedimento da modernização portuária.

O Almirante Brandão, Secretário da SECIRM, indagou a pertinência de utilização da metodologia "Train Sea Coast", de capacitação de recursos humanos, como ferramenta de auxílio às diversas questões referentes à gestão de ambientes costeiros e oceânicos, como é o caso da atividade portuária. Passou a palavra ao Comandante Galvão, que relatou o primeiro curso ocorrido com a metodologia "Train Sea Coast", que apresentou soluções bem práticas para problemas identificados e analisados, colocando a possibilidade de se utilizar esta ferramenta na capacitação da comunidade portuária. O Sr. Leonel Pereira reforçou a idéia, realçando a característica da metodologia, de treinamento no uso de instrumentos práticos, de modo interdisciplinar, podendo disseminar boas soluções locais, em âmbito nacional.

O Contra-Almirante Ribamar colocou o interesse do Ministério dos Transportes na formação de uma massa crítica para a questão portuária brasileira, possibilitando a renovação da mão-de-obra deste subsetor, considerando a grande necessidade de difusão deste curso. Indicou o Comandante Arlindo como interlocutor do GEMPO, atendendo à solicitação da Dra. Marília. Como suplente, indicou o Comandante Castro participante do GEMPO.

O Almirante Brandão agradeceu a participação do Contra-Almirante Ribamar, ressaltando o pleno alcance do propósito da apresentação, como uma semente plantada que, certamente, gerará frutos.

Antes que fosse passada a palavra à Dra. Marília Albuquerque, representante do MCT, o MMA sugeriu aos presentes aprovação da Ata da 2ª Sessão Ordinária do GI-GERCO, na medida em que não houve qualquer sugestão de alteração à versão encaminhada previamente aos membros do Grupo. A referida Ata foi aprovada sem alterações.

A Dra. Marília Albuquerque, informou sobre a realização do Workshop COI-FER, que ocorrerá nos dias 03 a 11 de novembro, sobre o tema "Sistemas Oceanográficos do Atlântico-Sul Ocidental". Este Workshop está sendo organizado pelo MCT, na qualidade de ponto focal brasileiro da Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI/UNESCO, atendendo à solicitação da própria COI e da Federação Européia de Coordenação de Redes de Cooperação Científica e Técnica – FER. Este Workshop será o segundo, já que o primeiro foi realizado em Concepcion, no Chile, em Abril de 96. O terceiro, envolvendo o Caribe, será realizado em março de 98, em Cartagena, Colômbia.

Estes workshops são estudos de factibilidade para implementação de uma rede latino-americana de coordenação de cooperação científica e técnica na área marinha, de desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa, de interesse das comunidades européia e latino-americana. O workshop deverá estabelecer, ao seu final, uma recomendação quanto à esta factibilidade. Participarão oito países latino-americanos (da Colômbia à Argentina), representantes da Europa, Canadá, Estados Unidos e Brasil. Será financiado 60% pela FER, 35% pela COI/FAO, OMM, e um pequeno apoio do CNPq. A Dra. Marília Albuquerque formalizou o convite à Dra. Marília Cerqueira para coordenar a mesa de gestão integrada de zonas costeiras, em conjunto com o Presidente da FER. A representante do MCT colocou ainda a possibilidade, a partir de uma consulta ainda informal procedida, de que a sede desta rede seja no Brasil.

A Sra. Oneida ressaltou a necessidade, cada vez mais premente, do aproveitamento dos trabalhos já realizados, a partir de uma articulação interinstitucional, de forma que os produtos tenham ampla divulgação e repercussão no âmbito dos Programas de Ação em desenvolvimento, permitindo avanços, e, conseqüentemente, o aproveitamento dos estudos e pesquisas no processo de tomada de decisões. O

Comandante Galvão colocou a necessidade de uma divulgação ampla no âmbito das Instituições que compõem a CIRM.

A Dra. Marília Albuquerque ressaltou o momento de expansão dos mecanismos de cooperação internacional, via MCT, com diversos países e instituições internacionais, onde qualquer pessoa ou instituição nacional pode se habilitar a participar. A Dra. Marília Cerqueira salientou o motivo primordial de constituição do GI-GERCO, de integração interinstitucional em ações na Zona Costeira. Salientou o crescimento da priorização na área oceanográfica no âmbito do MCT/CNPq. Colocou, entretanto, a preocupação da CIRM em fazer um aproveitamento melhor dos recursos que estão disponíveis no país, no sentido de direcionar a busca do conhecimento científico para o atendimento às demandas dos órgãos executores. Citou como exemplo, o REVIZEE, como esforço para determinar e estabelecer diretrizes para a política do setor pesqueiro. Colocou, assim, a necessidade de avançar em prioridades direcionadas aos esforços dos programas dos órgãos gestores públicos, evitando-se o que muitas vezes acontece, o aparecimento de iniciativas isoladas de cientistas que venham a competir com as demandas desses programas. A Dra. Marília Albuquerque colocou que as coisas estão caminhando neste sentido.

O Professor Antônio Carlos Robert Moraes ressaltou a existência de um "gap", nessa área marítima, especificamente, na passagem da informação da área de ciências naturais para os organismos de gestão. Colocou a estratégia de se financiar programas mais vocacionados à área de ciências humanas, que inevitavelmente, poderiam fazer o filtro entre a pesquisa básica e a sua aplicabilidade. Isto possibilitaria um diálogo mais efetivo das ciências naturais com a economia, a sociologia, etc. Outro ponto colocado é o distanciamento, destes programas do mar, em relação à costa, com pouco atendimento às questões sócio-econômicas. Colocou ainda a necessidade de se olhar para os países africanos de língua portuguesa, dadas as suas carências. A Dra. Marília colocou que existem mecanismos, mas são pouco divulgados.

A Sessão na parte da manhã foi encerrada.

À tarde, foi solicitada uma nova inversão de pauta, para que se procedesse imediatamente à apresentação da PETROBRAS, no item 4, antes do item 3 – Assuntos para deliberação.

A Sra. Oneida esclareceu, mais uma vez, a sistemática de articulação dos estados executores e do IBAMA nas apresentações. Fora encaminhado aos estados um roteiro para identificação das demandas existentes com relação à atuação federal dos setores apresentados (Portos e PETROBRAS), possibilitando que se obtivesse também uma visão de como está sendo realizada a interface da área ambiental, em suas diversas instâncias.

Passou-se a palavra ao representante da PETROBRAS. A apresentação foi dividida em duas partes, sendo que uma ficou a cargo do Dr. Geraldo Luís P. Koeler e a outra do pesquisador Leonardo F. Souza. A síntese dessa primeira parte está relacionada às colocações quanto aos cuidados da PETROBRAS na área de abastecimento para redução de riscos e uma política de prevenção e combate ao derramamento de óleo no mar. Na base de tal política está a constante preocupação com os recursos humanos (atualização profissional, ampliação da conscientização e o comprometimento, treinamento e capacitação tecnológica), o aperfeiçoamento das embarcações (tanque de lastro segregado, localização protetora dos tanques de óleo, maior sofisticação no controle para detecção de vazamento, seletividade na contratação de serviços que atendam as normas, convenções e acordos internacionais pertinentes) e

o controle dos terminais, através de inspeção prévia das embarcações e sistemas, sofisticação do controle para medição/detecção de vazamento, etc., a implantação de planos de contingência para preparação e respostas a acidentes. As ações podem estar situadas em três níveis: - no nível 1, correspondente a ótica local, concentra até o momento todas as ações previstas; o nível 2 e o nível 3, respectivamente, correspondem à ações de caráter regional e nacional. O representante da PETROBRAS destacou que esse modo de atuação contribuiu para a diminuição drástica do número de ocorrências de acidentes e do volume de óleo vazado.

A primeira parte foi concluída, afirmando-se que os estudos e as pesquisas de caracterização e monitoramento ambiental é fator fundamental nas atividades de controle, passando, assim, a palavra ao outro representante, o Dr. Leonardo F. Souza.

Como um dos responsáveis pelos trabalhos de caracterização ambiental, o Dr. Leonardo fez uma descrição sobre os programas que integram esse componente, os quais abrangem diversas regiões do país e envolvem parcerias com universidades e centros de pesquisa. Esses programas surgiram, inicialmente, em função do atendimento à legislação ambiental. Foram apresentados os seguintes programas:

1 – Bacia de Campos: até a isóbata 2.000m.

A primeira etapa constituiu-se de um diagnóstico sobre a área, baseada em dados pretéritos, concluindo-se com a avaliação de impacto das atividades de produção e perfuração; a segunda etapa (pré-monitoramento), constou de campanhas oceanográficas, coleta de amostras de água e sedimento, na área das plataformas e na área de influência do lançamento de efluentes (antes da chegada, durante a perfuração e depois de concluída), valendo-se de técnicas de amostragem de bioindicadores (instalação de gaiolas de moluscos nos pés das plataformas de petróleo).

2 – Bacia de Santos.

A área de estudo foi restringida à área de influência direta da PETROBRAS ("hot spots") e à região central da bacia onde estão instaladas as plataformas de produção. Recentemente foi encerrada a primeira fase de caracterização ambiental (Geomorfologia, Oceanografia Física e Meteorologia). Encontra-se em negociação a próxima fase, envolvendo os estudos de Química e Biologia.

3 – Norte da Baía de Todos os Santos.

Foi concluída a primeira fase que contempla a avaliação do status ambiental da região sob influência direta das atividades de refino, transporte e produção. A segunda etapa encontra-se em negociação.

4 – Iha Grande.

Constou apenas de uma etapa, concluída em 1991, com a caracterização de praias, costões e manguezais. Existe, atualmente, um trabalho de caráter demonstrativo, cujos resultados indicam não haver alterações na área de atividade.

Concluindo, o Dr. Leonardo informou que a idéia do monitoramento vem sendo internalizada aos poucos dentro da Empresa, estabelecendo-se, assim, um compromisso com a pesquisa.

A Sra. Oneida Freire, juntamente com o Prof. Antonio Carlos, chamaram a atenção para os dados oriundos do levantamento feito junto aos estados, no que diz respeito às áreas de exploração da PETROBRAS, principalmente das áreas de "tancagem" e "dutos". Foi destacado, também, que essas áreas identificadas como regiões de risco, estão bem representadas no Macrodiagnóstico da Zona Costeira na Escala da União, reforçando que os problemas de descaracterização da paisagem é preocupante frente à relevância da atividade turística.

O representante da ABEMA, o Sr. Martinus Filet, apresentou três pontos de preocupação;

- se as atividades de monitoramento é uma iniciativa da própria PETROBRAS ou se decorrente de cumprimento de normas de licenciamento;
- quanto à utilização do gás em função da alteração da matriz energética;
- a relação da PETROBRAS com os barcos de pesca próximos às plataformas.

Como resposta, o representante da PETROBRAS mencionou que existe uma perspectiva de aumentar a oferta de gás natural, chegando-se a 12% do consumo total entre 2005-2010. Os preços atuais de extração e distribuição são impraticáveis, com uma cadeia de produção, distribuição, comercialização e política de preço bastante complexa. Grande parte do gás, 50% da produção é utilizada pela própria PETROBRAS. Frisou que os projetos de monitoramento surgiram em 1991, por demanda do órgão ambiental do Rio de Janeiro (FEEMA), tendo em vista o licenciamento do gasoduto de Enchova - Cabiúna.

4 - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

Como encadeamento das sessões anteriores, o MMA apresentou (agenda comentada distribuída durante a reunião) um cronograma das próximas apresentações, chegando-se, a partir das contribuições do Grupo, à seguinte distribuição/temática:

4ª Sessão Ordinária

- A Política Nacional de Turismo e a Zona Costeira; expositor: EMBRATUR/Ministério da Indústria, Comércio e Turismo - MICT.
- Avaliação do processo de implantação do PRODETUR-NE; expositor: Banco do Nordeste.

5ª Sessão Ordinária

- Políticas Federais de Transporte (Portos, Rodovias e Ferrovias) e seu impacto sobre a Zona Costeira; expositor: Ministério dos Transportes.
- Os impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira; expositor: MICT.

6ª Sessão Ordinária

- A atuação do Ministério da Marinha na Zona Costeira; expositor: MM.

- Os impactos da Política Urbana (Saneamento/Habitação) sobre a Zona Costeira; expositores: SEPURB - Secretaria de Políticas Urbanas (Saneamento/Habitação), FNS / Ministério da Saúde.

7ª Sessão Ordinária

- A Zona Costeira e as iniciativas do Setor de Ciência e Tecnologia; expositores conjuntos: MCT, CNPq, FINEP.
- O Mar e a Zona Costeira na Política Externa Brasileira (Possibilidades de Cooperação Internacional); expositor: MRE (Divisão de Temas Especiais, ABC).

8ª Sessão Ordinária

- O Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Brasileiro e a Zona Costeira; expositor: SAE/PR.
- A Zona Costeira no Planejamento Brasileiro; expositores: MPO & SAE/PR.

9ª Sessão Ordinária

- Uma Política de Informação para a Zona Costeira; expositores: IBGE/MPO, Ministério da Marinha, GERCO/MMA, IBAMA, INPE.

10ª Sessão Ordinária

- A Zona Costeira e o Congresso Nacional; expositor: Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados.
- As demandas judiciais na zona costeira; expositor: Ministério Público Federal

11ª Sessão Ordinária

- O Programa Train-Sea-Coast; expositor: SECIRM/MM
- O GESPE e a Política Nacional de Pesca e Aquicultura; expositor: Secretaria executiva/Casa Civil
- Política de Conservação para a Zona Costeira (Áreas Protegidas – PRONABIO); expositores conjuntos: MMA e IBAMA.

Quanto à sistemática de consolidação das matérias, o Grupo acordou que a estratégia que melhor se adequa às demandas temáticas das apresentações, tendo em vista o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, é que seja realizado um workshop específico, o que deverá propiciar as apresentações e a definição, na sequência, dos pontos prioritários para o Plano, cuja dinâmica dos trabalhos deverá ser encaminhada posteriormente a todos os membros do Grupo. Nessa sistemática poderá ser aproveitada a metodologia específica para elaboração de planos de gestão (metodologia concebida para o GERCO). Ficou acertado, também, que até a realização desse workshop seriam mantidas as apresentações, estando confirmada a apresentação do setor turismo na próxima reunião do Grupo.

5 – OUTROS ASSUNTOS

Em função da exiguidade do tempo, foi comentado rapidamente as notícias sobre os seguintes tópicos:

5.1. Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro.

Foi instalada a Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, com o estabelecimento de prioridades de assuntos, em vista da compatibilidade e complementariedade dos seus trabalhos específicos com os de outros fóruns, com a definição clara do seu papel: caráter eminentemente normativo, de estabelecimento de diretrizes operacionais em patamar que atenda a gestão descentralizada. Além do exame e aprovação do texto do PNGC II, após pequenos ajustes, a Câmara priorizou um levantamento do conjunto da legislação incidente a ser precedida de análise quanto ao seu conteúdo e sua aplicabilidade, bem como a identificação de lacunas a serem preenchidas.

5.2. Campanha de Valorização da Costa Brasileira

Noticiou-se que foi realizado um seminário (12/07/97) com a presença das equipes estaduais do GERCO e das Superintendências do IBAMA, onde foi definida a seguinte pauta para efetivação dessa articulação: principais problemas do Estado na zona costeira; estratégias para a campanha; instituições envolvidas e parceiros potenciais; e perspectivas para atuação conjunta estados/SUPES e outras instituições. A integração de ações e a otimização de produtos foi buscada pela Comissão Organizadora da Campanha, ressaltando o Projeto Orla (SPU) e o Programa de Mentalidade Marítima (SECIRM/CIRM).

5.3. EXPO-98

O representante do MRE, juntamente com os representantes da SECIRM e do MMA, informou que o ano de 1998 foi designado pela ONU como "Ano Internacional dos Oceanos". Portanto, serão realizados diversos eventos, destacando-se a Exposição Mundial de Lisboa - EXPO-98, a realizar-se em Lisboa/Portugal, de maio a setembro de 1998. Portugal foi escolhido como sede do evento devido à comemoração dos 500 anos do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, por Vasco da Gama, em 1498. A Exposição tem como tema " **Os Oceanos: Um Patrimônio para o Futuro**", o qual deverá ser apresentado através dos sub-temas:

- (1) Conhecimento dos mares, recursos dos oceanos,;
- (2) Os Oceanos e o Equilíbrio do Planeta (atmosfera, poluição dos mares, zonas costeiras);
- (3) Os Oceanos dos Lazer;e
- (4) Os Oceanos, Fonte de Inspiração Artística.

A preocupação central girará em torno do conhecimento dos oceanos e de sua salvaguarda, dentro da perspectiva de gestão integrada, segundo as linhas resultantes dos grandes debates internacionais ligados ao assunto. O gerenciamento de ambientes costeiros e marinhos (incluído o GERCO) apresenta um *link* direto com o primeiro tema, vinculado à Ciência e Tecnologia.

O Comissário do Brasil para a EXPO-98 é o Dr. Henrique Brandão Cavalcante e a participação brasileira vem sendo discutida/preparada, em alto nível, pela COMEXPO,

tendo sido aprovado e contratado o desenvolvimento de projeto de arquitetura ao Dr. Carlos Dias para o pavilhão do Brasil.

5.4. Atividades da Coordenação Nacional do GERCO.

A Dra. Marília Marreco, em complementação às informações da reunião anterior do Grupo, destacou as atividades prioritizadas no âmbito da Coordenação do GERCO para 1997/1998, constando da elaboração de 08 (oito) planos de gestão, sendo 3 no presente exercício.

5.5. Programas da IMO

Neste tópico, a Dra. Marília, resumidamente, indicou que o MMA, como estratégia de inserção das diretrizes das convenções internacionais emanadas da Organização Marítima Internacional – IMO no Programa Gerenciamento Costeiro, priorizou a sua participação no Comitê de Proteção do Ambiente Marinho (MEPC), Convenção de Londres (LC/72) e Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS).

5.6. Notícias do Cursos do Programa "Train Sea Cost"

Este tópico foi abordado pela SECIRM antecipadamente, durante a apresentação do Programa de Modernização Portuária.

6 - DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Possibilidade de realização da próxima reunião na segunda quinzena de novembro, possivelmente, no dia 17.